

Situação: O preprint foi publicado em um periódico como um artigo
DOI do artigo publicado: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021200535>

MASCULINIDADE EM TEMPOS DE PANDEMIA: ONDE O PODER ENCOLHE, A VIOLÊNCIA SE INSTALA

Dherik Fraga Santos, Rita Lima, Stephania Demarchi, Jeanine Barbosa, Marcos Cordeiro, Marcelo Sipioni, Maria Angélica Andrade

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.900>

Submetido em: 2020-07-03

Postado em: 2020-07-05 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

MASCULINIDADE EM TEMPOS DE PANDEMIA: ONDE O PODER ENCOLHE, A VIOLÊNCIA SE INSTALA

MASCULINITY IN PANDEMIC TIMES: WHERE POWER DECREASES, VIOLENCE INCREASES

Dherik Fraga Santos¹

Rita de Cássia Duarte Lima²

Stephania Mendes Demarchi³

Jeanine Pacheco Moreira Barbosa⁴

Marcos Vinicius da Silva Cordeiro⁵

Marcelo Eliseu Sipioni⁶

Maria Angélica Carvalho Andrade⁷

RESUMO

A emergência da pandemia causada pela COVID-19 reclama enfaticamente pensar o estreitamento da relação homem-poder-violência e a ressignificação do lugar dos homens na sustentação da vida reprodutiva, dos laços emocionais e do cuidado. Nesse contexto de isolamento social, como importante estratégia contra a disseminação da doença, buscando compreender o aumento de violência doméstica contra a mulher, o objetivo deste ensaio é refletir sobre as relações homem-poder-violência a partir das concepções

¹ Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências da Saúde. Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Vitória, Espírito Santo. E-mail: dherik@msn.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9351-7185> - Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6430212957030088>

² Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências da Saúde. Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Vitória, Espírito Santo. E-mail: ritacd@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5931-398X> - Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2384472795664270>

³ Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências da Saúde. Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Vitória, Espírito Santo. E-mail: stephaniamentes2008@hotmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2403-8842> - Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8912778148744941>

⁴ Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências da Saúde. Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Vitória, Espírito Santo. E-mail: jeaninepacheco@yahoo.com.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1024-4378> - Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2549903749170929>

⁵ Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências da Saúde. Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Vitória, Espírito Santo. E-mail: marcosvscordeiro@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8992-5514> - Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2323462352006932>

⁶ Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências da Saúde. Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Vitória, Espírito Santo. E-mail: mesipioni@yahoo.com.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1536-6374> - Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9872086695302119>

⁷ Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências da Saúde. Departamento de Medicina Social, Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Vitória, Espírito Santo. E-mail: geliandrade@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3690-6416> - Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5427520110626795>

de Hannah Arendt, problematizando o conceito normalizado de masculinidade hegemônica. Ao longo deste ensaio, buscamos desconstruir a ideia de que existe um único modelo de masculinidade hegemônica e que propõe uma dominação global dos homens sobre as mulheres, uma vez que mulheres também apresentam aspectos de masculinidade, sendo uma construção histórico-social, que se transforma continuamente. Assim, diante das reformas históricas de gênero acrescidas da instabilidade provocada pela pandemia da COVID-19, observa-se o aumento da violência domiciliar como efeito da diminuição do poder patriarcal, na tentativa de estabilizar o modelo de masculinidade definido por esse poder patriarcal, ou tenta-se reconstituí-lo em novas configurações. Frente a essa realidade, faz-se necessário, no âmbito da Saúde Coletiva, refletir sobre a reformulação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem.

Palavras-chave: Pandemias; Masculinidade; Violência Doméstica; Violência contra a mulher; Violência de gênero.

ABSTRACT

The emergence of the pandemic caused by COVID-19 emphatically calls for thinking about the narrowing of the man-power-violence relationship and the resignification of the place of men in sustaining reproductive life, emotional ties and care. In this context of social isolation, as an important strategy against the spread of the disease, seeking to understand the increase in domestic violence against women, the objective of this essay is to reflect on the man-power-violence relations from the concepts of Hannah Arendt, problematizing the normalized concept of hegemonic masculinity. Throughout this essay, we seek to deconstruct the idea that there is a single model of hegemonic masculinity and that it proposes a global domination of men over women, since women also present aspects of masculinity, which is a historical-social construction that is transformed continuously. Thus, in the face of historical gender reforms, and the instability caused by the pandemic of COVID-19, there is an increase in domestic violence as an effect of the decrease in patriarchal power, in an attempt to stabilize the masculinity model defined by this patriarchal power, or the attempt to reconstitute it in new configurations. In view of this reality, it is necessary, within the scope of Collective Health, to reflect on the reformulation of the National Policy for Integral Attention to Men's Health.

Keywords: Pandemics; Masculinity; Domestic Violence; Violence Against Women; Gender-Based Violence.

INTRODUÇÃO

“Os homens normais não sabem que tudo é possível”.

(Arendt)

A pandemia causada pela COVID-19, nessa era da globalização, apresenta considerável velocidade de propagação. Visto que, neste momento, a comunidade científica se encontra em busca da cura, o distanciamento social ampliado (DSA), o isolamento social e o bloqueio total (*lockdown*) se tornaram estratégias importantes para reduzir essa velocidade de transmissão, desacelerar os casos de óbito, oportunizar mais tempo para melhores planos terapêuticos e prevenir um colapso no sistema de saúde. Porém, essas mesmas medidas podem trazer importantes impactos econômicos e sociais, como o aumento do desemprego e das violências (BRASIL, 2020).

Dentre as violências, a violência contra a mulher emerge como uma consequência sombria da pandemia pela COVID-19 e pode ser considerada um espelho para nossos valores e um desafio para nossa resiliência e humanidade compartilhada (ONU BRASIL, 2020). Quando o vírus se alastra entre países, acirram-se as desigualdades de gênero, raça, classe, geopolíticas e econômicas, enquanto o caos e o medo revelam como a nossa sociedade se organiza e quais são os seus principais problemas.

A recomendação de isolamento social para impedir a propagação da COVID-19 tem sido associada ao aumento da violência contra as mulheres, especialmente a violência doméstica, justificada pela preocupação com segurança, saúde e dinheiro (ONU BRASIL, 2020). Nesse momento desafiador, o aumento da precariedade da situação de mulheres e a consequente amplificação das suas vulnerabilidades revela a necessidade de responder às consequências imediatas e de longo prazo da atual crise (ONU MULHERES, 2020).

Diante disso, não se pode contestar ou ignorar as estatísticas referentes ao envolvimento dos homens com a violência doméstica. Porém, o grande desafio imposto é ultrapassar as explicações fragmentadas sobre o fenômeno, centradas nos modelos hegemônicos de masculinidade socialmente legitimados que naturalizam a violência como um atributo dos homens, capaz de gerar relações humanas violentamente conflituosas nessa conjuntura de isolamento social. É importante destacar que a masculinidade hegemônica encontra-se associada principalmente a características negativas, que retratam os homens como não emocionais, independentes, não cuidadores, agressivos e não passionais. Essas

características são vistas como causas de práticas tóxicas, incluindo a violência física e de comportamento criminal (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013).

Embora a masculinidade hegemônica seja normativa, é importante destacar que ela não se assumiu frequente num sentido estatístico, uma vez que apenas uma minoria dos homens talvez a adote. Entretanto, a partir do modelo estabelecido, a masculinidade hegemônica “incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 245).

Assim, afirma-se a masculinidade como uma configuração de práticas em torno da posição dos homens na complexa estrutura das relações de gênero. Todavia, falar dessa configuração de práticas significa colocar a ação em destaque, assumir que o que as pessoas fazem tem uma racionalidade e um significado histórico. Contudo, isso não quer dizer que a prática seja necessariamente racional, como a prática da violência (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013).

Um tema central a ser discutido dentro do debate da violência é o questionamento da existência de um masculino universal. Acredita-se que, da mesma forma que não se pode falar sobre “uma mulher”, não é possível conceber como natural a identidade masculina. Pelo contrário, é necessário desnaturalizar esse conceito enquanto uníssono e reconhecer que a masculinidade não é essência, mas historicamente construída, devendo, portanto, ser relativizada com relação às intersecções, tais como etnia, classe social, orientação sexual, religiosidades, dentre outros, que apontam para a diversidade de comportamentos e experiências masculinas ao longo da história (PRIORE, 2013). Nesse sentido, “o conceito de masculinidades, com ênfase na pluralidade do termo, impulsionou o questionamento à noção de masculinidade hegemônica, a qual incidia sobre a noção de homem, enquanto categoria naturalista e essencialista” (BATISTA; LIMA, 2017, p. 176). Outro importante aspecto a ser destacado é o entendimento de violência tratado neste ensaio, definida como a dominação própria de relações humanas, marcadas pela ausência do diálogo e pela instrumentalização do sujeito (ARENDT, 2008). A violência se instala onde o poder se encolhe (ARENDT, 2009) e, nesses tempos de pandemia pela COVID-19, esse conceito é fundamental para buscar compreender a instrumentalização do sujeito, a fragilidade e a aniquilação da fonte do poder legítimo – as interações humanas mais igualitárias – e a conseqüente perda da condição humana, relacionadas à crescente violência doméstica. É importante ressaltar que poder, em Hannah Arendt, relaciona-se à dimensão de legitimidade, autoridade, significação, potência e constituição política, e

deve ser compreendido como a capacidade humana, não apenas para agir, mas também para agir em concerto, ou seja, o poder é concebido como convivência, ação em conjunto (ARENDR, 2009).

A emergência da pandemia reclama enfaticamente pensar o estreitamento da relação homem-poder-violência e a ressignificação do lugar dos homens na sustentação da vida reprodutiva, dos laços emocionais e do cuidado. Além disso, em momentos de desmonte do Estado, quando se vislumbra um cenário de instabilidade econômica, crise política e da saúde, com a fragilização de políticas públicas para as minorias, a desproteção tem sido uma imposição sistêmica, fazendo-se necessário refletir sobre as formas utilizadas para garantir proteção e segurança nesses momentos de calamidade

Nesse contexto de isolamento social, buscando compreender o aumento de violência doméstica contra a mulher, o objetivo deste ensaio é refletir sobre as relações homem-poder-violência a partir das concepções de Hannah Arendt, problematizando o conceito normalizado de masculinidade hegemônica.

A PANDEMIA E A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Mesmo que a quarentena seja a medida mais segura, necessária e eficaz para reduzir os efeitos diretos da COVID-19, o regime de isolamento também evidencia a fragilidade dos sistemas de saúde, desvelando repercussões negativas para a vida de milhares de mulheres, que já viviam em situação de violência doméstica. Sem lugar seguro, com a restrição da rede de apoio e proteção, elas estão permanecendo mais tempo no próprio lar junto a seu agressor (FBSP, 2020). Nesse cenário, a chance do “agir em comum acordo” na relação entre homens e mulheres pode falhar com maior frequência.

Embora haja uma queda no número de registros oficiais em boletins de ocorrência, a chamada subnotificação, os números de feminicídios e homicídios femininos apresentam crescimento, indicando que a violência doméstica e familiar está em ascensão, sendo necessária urgência na implementação de novas estratégias de acesso das mulheres aos serviços de enfrentamento à violência doméstica em diversos países (UN WOMEN, 2020).

No Brasil, um levantamento feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, evidencia que o número de feminicídios no país cresceu 22,2% durante os meses de março e abril de 2020 em relação ao mesmo período de 2019. Em São Paulo, o aumento dos feminicídios chegou a 46% na comparação entre março de 2020 e março de 2019, tendo duplicado na primeira quinzena de abril. No Acre, o crescimento foi de 300%, no

Maranhão, a variação foi de 166,7%, e no Mato Grosso o aumento foi de 150%. Apenas três estados registraram redução no número de feminicídios: Espírito Santo (-50%), Rio de Janeiro (-55,6%) e Minas Gerais (-22,7%) (FBSP, 2020).

Somados a esses dados, os registros dos atendimentos de chamadas ao número de emergências 190, feitos pela vítima ou vizinhos e pessoas próximas, apontam a mesma tendência, indicando aumento dos atendimentos relativos à violência doméstica. No Acre, o aumento foi de 2% na comparação entre março de 2020 e março de 2019. Em São Paulo, o aumento chegou a 45% nas ocorrências registradas via 190. Uma pesquisa realizada em redes sociais mostrou um aumento de 431% nos relatos de brigas entre vizinhos no Twitter entre fevereiro e abril de 2020, reforçando a hipótese de que, embora as medidas de isolamento social sejam necessárias para a contenção da pandemia de COVID-19, podem estar oportunizando o agravamento da violência doméstica (FBSP, 2020).

Um importante aspecto a ser destacado nesse cenário no qual as pessoas estão restritas ao ambiente domiciliar é que a pandemia não pode ser responsabilizada pelo aumento da violência como causa direta, uma vez que o fenômeno da violência doméstica precisa ser historicizado e possui relações imbricadas com outras perspectivas, como as relações de gênero e o patriarcado, conceitos que não são estáticos, muito pelo contrário, sofrem transformações, gerando mudanças nessas relações.

MASCULINIDADE HEGEMÔNICA: REFLEXÕES SOBRE A NORMALIZAÇÃO DO CONCEITO

De acordo com o senso comum, a violência contra a mulher é compreendida como um padrão ligado à masculinidade hegemônica, seja como um efeito mecânico, no qual as agressões são as consequências dessa masculinidade tóxica, por meio da busca da manutenção dessa dominação. Com esse entendimento, a violência contra a mulher apareceria como um exercício disciplinar ou como sinal de virilidade em sua máxima potência. Contudo, o conceito de masculinidade hegemônica não pode ser pautado por uma prática contínua de dominação coletiva dos homens sobre as mulheres, pois a violência e outras práticas tóxicas não são características essencialistas de todas as masculinidades hegemônicas, uma vez que elas são plurais e se manifestam de formas diferentes nos níveis local, regional e global (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013).

As mudanças organizacionais geradas em resposta à pandemia da COVID-19 afetam diretamente as estruturas de dominação interna e externa realizada pela masculinidade, repercutindo nas formas de manifestação das masculinidades tóxicas nos seus níveis

local, regional e global. Ao passo de ter sido notado que a violência de gênero, uma das formas de dominação dos homens às mulheres, aumentou mais que 45% em algumas regiões do Brasil nesse período de isolamento social e diminuição de renda (FBSP, 2020), acompanhando a tendência de aumento da violência contra a mulher observada em outros países que também adotaram medidas semelhantes de combate ao coronavírus (UN WOMEN, 2020).

A masculinidade é definida como uma configuração de práticas projetadas sobre as estruturas das relações de gênero. A sociedade (re)produz, historicamente relações de gênero (CONNEL; MESSERSCHIMIDT, 2013) que em determinadas situações permitem a manutenção da dominação coletiva dos homens sobre as mulheres, sendo definida como masculinidade hegemônica. Não é incomum que em algumas ocasiões a masculinidade hegemônica seja identificada como masculinidade tóxica.

A dominação dos homens e a subordinação das mulheres representam um processo histórico, não um sistema auto reprodutor. A “dominação masculina” é aberta à contestação e demanda um esforço considerável à sua manutenção. Há uma série de estudos que mostram as táticas de manutenção da dominação através da exclusão das mulheres (CONNELL; MESSERSCHIMIDT, 2013).

Com isso, é importante ressaltar que a masculinidade hegemônica se expressa de diferentes maneiras. Na hegemonia interna ocorre a ascendência social de homens sobre outros homens. Na hegemonia externa ocorre a dominação dos homens sobre as mulheres. Tais diferenças devem ser observadas com cautela, pois devem ser consideradas as múltiplas masculinidades e feminilidades e os papéis dinâmicos de suas relações. Somada a essas formas de dominação, Connell e Messerschmidt (2013) afirma que a masculinidade hegemônica é analisada em três níveis geográficos: local (construídas nas arenas da interação face a face das famílias, organizações e comunidades imediatas), regional (construídas no âmbito da cultura ou do Estado-nação) e global (construídas nas arenas transnacionais das políticas mundiais, da mídia e do comércio transnacionais).

Na pandemia ocasionada pela Covid-19, na qual ocorrem mudanças relevantes que vão do nível individual ao global, é implicada a manutenção da dinâmica desses níveis geográficos das masculinidades.

Nesse sentido, a crise da pandemia deve ser compreendida como uma oportunidade de desvelar a essência dos problemas relacionados à violência, que ficaram encobertos na máscara dos preconceitos, como a ideia de que toda masculinidade é tóxica. Dessa forma, compreende-se que a crise aumenta quando se responde a ela com preconceitos (juízos

pré-formados) que acabam por impedir que a realidade seja vista como uma oportunidade de reflexão (ARENDR, 2016).

Diante do exposto, o conceito de masculinidade hegemônica não pode ser compreendido como uma característica inerente aos homens, sendo necessário abandonar esse caráter essencialista, uma vez que mulheres também apresentam aspectos das masculinidades hegemônicas. Nesse sentido, a masculinidade não é uma entidade fixa encarnada num corpo ou nos traços de personalidade dos indivíduos masculinos, mas são configurações de práticas que são realizadas na ação social e, dessa forma, as masculinidades podem ser postas em ato por pessoas com corpos femininos (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013).

Sendo assim, não se pode fazer uma análise simplista, que beira o preconceito, a partir do pressuposto de que há uma dominação global dos homens sobre as mulheres, já que convivemos com múltiplas masculinidades e diferentes formas de se relacionar com elas. Seguindo essa ideia, não existe uma masculinidade única, universal. O que existem são processos de produção de masculinidades sujeitadas construídas a partir de modelos estabelecidos (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013), inscritos em um contexto relacional (BATISTA; LIMA, 2017).

O conceito de masculinidade hegemônica, neste ensaio, é compreendido como uma pluralidade de masculinidades, hierarquizadas, que coexistem numa relação de subordinação por parte de masculinidades não hegemônicas. Esses padrões múltiplos de masculinidade se apresentam em diversos contextos, institucionais e culturais, evidenciando que algumas masculinidades são socialmente mais centrais, sendo referências para outras, tornando-se hegemônicas. Destaca-se que essa hegemonia não é obtida pela força, mas pelo consenso cultural, pelos discursos dominantes e institucionalizados, acarretando a marginalização e a deslegitimação das outras masculinidades.

Esse processo de hegemonia, que tem numerosas configurações, se dará por meio da (re)construção de exemplos que têm autoridade e potência para produzir a imagem ideal de masculinidade padrão e normativa, não necessitando estar presente na vida diária da maioria de meninos e homens (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013).

É importante ressaltar que o conceito de masculinidade hegemônica é uma construção histórico-social, em constante transformação, gerando mudanças nas relações de gênero, suscitando novas estratégias nas relações de poder, e resultando na redefinição das masculinidades socialmente aceitas.

Assim, as masculinidades devem ser compreendidas nos aspectos das hierarquias de gênero, como também nos níveis nos quais ela está inserida de modo global, regional ou local. Destaca-se que o nível local é de grande interesse para este estudo, pois a construção, ou melhor, a desconstrução das práticas tóxicas atribuídas à masculinidade hegemônica (Figura 1) encontra grande potencial de transformação no nível local – a família, a escola, a casa – buscando estranhar aquilo que foi naturalizado, sedimentado pelo senso comum e manifesto em forma de preconceito (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013).

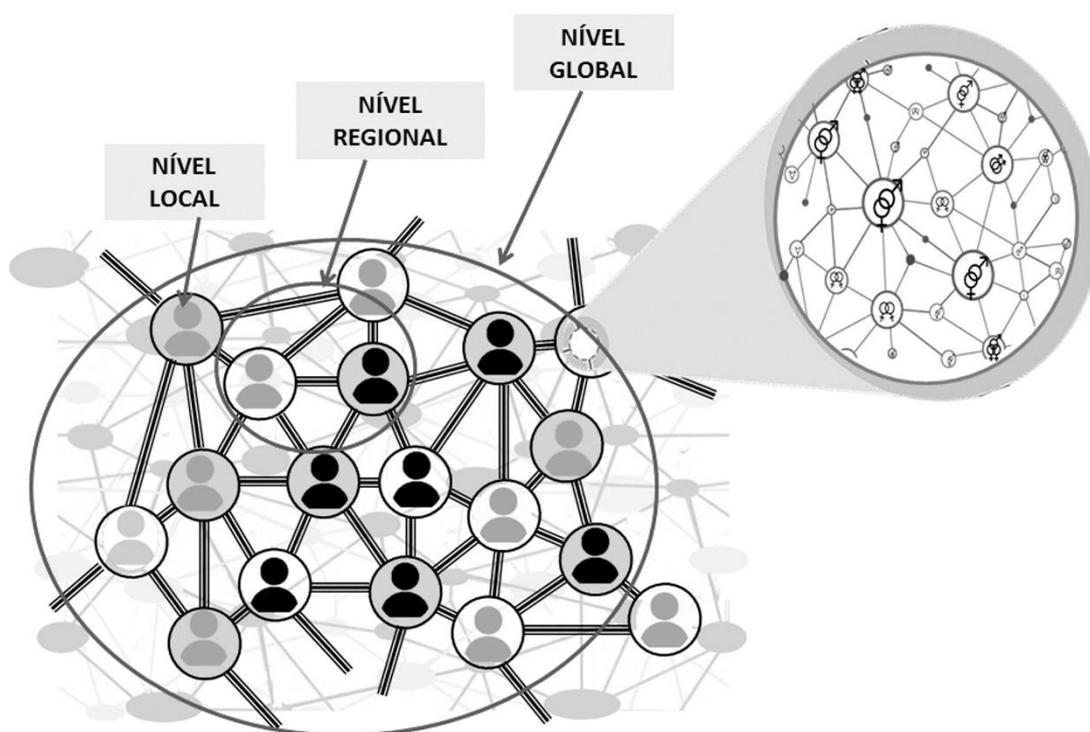


Figura 1. Conceito de Masculinidade Hegemônica – Fonte: autores do texto (2020)

A partir do modelo de masculinidade hegemônica instituído e aceito, são construídas expectativas sociais sobre o perfil dos homens, esperando que sejam provedores de suas famílias, sexualmente dominantes, apresentem comportamentos que envolvam riscos, tenham dificuldades para demonstrar ou discutir suas emoções ou procurar ajuda. Esse perfil está associado às maiores taxas de vícios, suicídio, homicídio e acidentes de trânsito entre os homens, promovendo também o surgimento de doenças crônicas não transmissíveis como hipertensão, problemas cardíacos, diabetes, dentre outras (PAHO, 2019).

Além de atingir a saúde dos homens, esse padrão de comportamento leva a desfechos negativos também para crianças e mulheres, relacionando-se à violência interpessoal, às infecções sexualmente transmissíveis, à paternidade ausente e à gravidez imposta (PAHO, 2019).

Nesse cenário, os riscos das masculinidades dominantes podem ser acentuados ao agregar vulnerabilidades, às quais os homens são expostos, tais como: ser pobre, imigrante, jovem, indígena ou afrodescendente, omissão de morbidades, mortalidade elevada, não ser heterossexual e estar desempregado. Tais vulnerabilidades contribuem para que a socialização das masculinidades dominantes esteja exposta a uma tríade de comportamentos de risco à saúde, composta através da socialização do homem em relação a mulheres e crianças, em relação a outros homens e em relação ao próprio homem (PAHO, 2019).

Mesmo a violência, pertencente ao grupo de causas externas, possuindo um impacto expressivo na morbimortalidade do homem, é ainda um aspecto pouco explorado no debate em torno da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH), instituída em 2009 enquanto política de saúde que se atém à saúde do corpo social masculino, priorizando a faixa etária dos 20 aos 59 anos. Embora os princípios e diretrizes da PNAISH sejam fundamentadas em dados epidemiológicos e indiquem para os fatores de risco associados aos indicadores de morbimortalidade, a política adotou como seu objeto principal o câncer de próstata. Desse modo, questionar a saúde do homem e a questão social da violência é uma discussão necessária, ao contextualizar as tensões existentes na constituição dessa política de saúde.

Os homens têm sido o *grande ator ausente* na formulação da PNAISH, de forma que nunca foi fruto de reivindicações. Seguem distantes dos espaços de cuidados e das ações de saúde, sobretudo, aquelas oferecidas no âmbito da Atenção Primária. Tal postura diverge da construção da Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), uma vez que tal política é fruto das lutas e reivindicações das mulheres e movimentos feministas para que a mulher conquistasse acesso integral a serviços de saúde, considerando suas especificidades e singularidades (MARTINS; MALAMUT, 2013).

Após o levantamento das diferentes perspectivas às quais os homens são atravessados durante a pandemia, a PNAISH parece não comportar essa demanda ao priorizar majoritariamente suas ações a partir de dados epidemiológicos de morbimortalidade masculina, sem levar em consideração que há comportamentos de risco nos homens, como as atitudes violentas, que impactam as taxas de morbimortalidade também das

mulheres. É necessário que a política amplie a visão da saúde do homem para além de ações voltadas para o adoecimento do aparelho genital e urológico. Nesse sentido, a PNAISH coloca os homens como atores coadjuvantes, tendo os agravos e enfermidades como protagonistas dos processos de cuidado. Para ultrapassar essa visão reducionista é preciso considerar, além dos aspectos biológicos, questões como os aspectos psicológicos, políticos e sociais (SCHRAIBER; FIGUEIREDO, 2011).

É possível refletir que, a partir desses padrões estereotipados sobre masculinidade hegemônica, que instituem a ideia de um homem autossuficiente, origina-se uma tensão entre a saúde do homem e as políticas específicas (PNAISH), pois o homem que não zela pela sua saúde por meio de atitudes de promoção e prevenção – disponibilizadas pelos serviços da Atenção Primária à Saúde (APS) – passa a sobrecarregar os serviços de emergência, onerando a saúde pública. Couto *et al.* (2010) salientam que nas representações dos profissionais de saúde da APS os homens não são caracterizados como potenciais sujeitos de cuidado e os serviços desse nível do sistema de saúde são substancialmente voltados a mulheres e crianças.

Diante do exposto, reitera-se que o uso do conceito de masculinidade hegemônica não é reificador nem essencialista, nem equivale a um modelo de reprodução social. Nesse sentido, as masculinidades precisam ser reconhecidas através das lutas sociais nas quais as masculinidades subordinadas influenciam formas dominantes.

Finalmente, ressalta-se a ideia de masculinidades múltiplas, o conceito de hegemonia e a ênfase na transformação e na dinâmica, enfatizando a interseccionalidade entre os níveis local, regional e global, reconhecendo as contradições internas e as possibilidades de movimento em direção à democracia de gênero (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013).

Apesar disso, é importante salientar que a sociedade (re)produz, historicamente, relações de gênero e que a masculinidade hegemônica é definida como uma configuração de práticas projetadas sobre as estruturas das relações de gênero (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013), o que, em determinadas situações, pode permitir a manutenção da dominação dos homens sobre as mulheres. Porém, é de se notar que o conceito de dominação não possui o mesmo significado de poder. De acordo com Arendt (2009), poder refere-se ao agir em comum acordo. Nesse caso, as práticas de dominação dos homens sobre as mulheres é uma resposta à perda do poder da masculinidade em relação à feminilidade.

Esclarecidos os principais aspectos conceituais e a pertinência da abordagem, a seguir analisaremos a relação homem-violência-poder através da lente teórica de Hannah Arendt.

HOMEM-VIOLÊNCIA-PODER EM HANNAH ARENDT

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a violência como o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação (WHO, 1996). É importante destacar a polissemia e complexidade do conceito de violência, que implicam em vários elementos e posições teóricas.

A definição do conceito da OMS com base no uso de força ou poder exige questionarmos: O homem age de forma violenta porque tem mais ou menos poder? De que poder estamos falando? O que é o poder? Como e por que ele se manifesta? Dúvidas provenientes sobre esse tema são pensadas desde primórdios da humanidade. Muitos estudiosos deram respostas diferentes à questão do poder durante a nossa história. Entre eles, podemos destacar Maquiavel, Hobbes, Foucault e Arendt (HERB, 2013).

Para Maquiavel, a ambição pelo poder é o principal desejo humano. O poder é algo da natureza humana, que consiste em dominar o outro para não ser dominado (HERB, 2013; MAQUIAVEL, 2010). Para Hobbes, o valor do indivíduo está em suas posses e no seu poder. O poder é garantido através de um contrato social em que o súdito entrega o poder nas mãos do soberano (HERB, 2013; HOBBS, 2003). Outro autor que se destaca nesse tema é Foucault (1987). Para ele, o poder se manifesta nas relações e são praticadas em todos os níveis sociais, contrapondo-se à ideia de que o poder é algo específico das relações do Estado e das altas classes sociais. O poder é um ato que o indivíduo exerce e é acometido por ele nas relações sociais (FOUCAULT, 1987). Dessa forma, entender o poder como uma força diluída das interações sociais e sua ocorrência é comum em todos os setores da vida.

Chegando em Hannah Arendt, o poder é uma ação/um agir, mas um agir em comum acordo. Para ela, o poder jamais é do indivíduo, mas entregue ao indivíduo por um grupo que lhe permitiu atuar em seu nome. A partir do momento que este grupo se desfaz, o poder se desfaz com ele. Arendt trabalha, ainda, quatro conceitos para entender melhor o poder: vigor, força, autoridade e violência, sendo fenômenos distintos e diferentes entre si (ARENDR, 2009).

Para Arendt, confundimos poder com vigor, pois quando chamamos um homem de “poderoso” usamos a palavra poder de forma alegórica. Aquilo que estamos narrando é o vigor, que se trata de uma qualidade própria de um objeto ou pessoa e que se revela em relação a outras coisas ou pessoas, mas que é independente deles. Já a autoridade tem como característica o reconhecimento sem resistência por aqueles que são convocados a obedecer. A força, usada popularmente como sinônimo de violência, é para Arendt, uma energia liberada através de movimentos físicos e sociais e seria mais correto chamá-la de “força da natureza” ou “forças das circunstâncias” (ARENDDT, 2009).

O último conceito relevante sobre a ideia de poder e que iremos trabalhar mais profundamente, é a violência. Para Arendt, violência possui um caráter instrumental. Por isso, há sempre uma busca pela orientação e justificativa aos seus objetivos (ARENDDT, 2009). A violência é, tradicionalmente, o último e o mais vergonhoso recurso utilizado nas relações entre nações e/ou na vida doméstica, sendo considerada um marco da tirania (ARENDDT, 2016).

A violência pode servir para representar insatisfações, trazendo a atenção do público. Algumas práticas violentas precisam do agir em conjunto, ou seja, de um acordo, já que o homem isolado sem outros que o auxiliem não teria o poder necessário para fazer o uso da violência de maneira eficaz. Apesar de ser comum encontrar violência e poder juntos, não se pode concluir que autoridade, poder e violência sejam a mesma coisa. Isso só é possível se admitirmos que poder é sinônimo de mando e obediência (ARENDDT, 2009). Para Arendt a violência é um fruto das relações humanas desiguais com fins de dominação e o seu surgimento acontece quando o poder se desfaz. Neste ponto, é válido considerarmos que, na nossa cultura, a dominação é um identificador da condição masculina e um requisito para a sua socialização, relacionando o homem à violência (ALVES *et al.*, 2012).

A masculinidade baseada na dominação, seja na relação entre homens e mulheres (desigualdade de gênero) ou entre homens e homens (desigualdade multifatorial), afeta sobremaneira os sujeitos considerados subordinados (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013). Esse padrão de masculinidade naturaliza a violência como algo inerente ao homem e como um instrumento de confirmação do seu *status quo*, o que promove ações que colocam a sua vida em risco e promove condutas autoritárias, sendo ambas geradoras de relações humanas violentas (ALVES *et al.*, 2012). Tal ideia de masculinidade serve de base para uma cultura patriarcal, gerando um ambiente ofensivo para as mulheres e práticas violentas no ambiente domiciliar (SILVA *et al.*, 2020).

Além da luta contra o domínio do homem sobre a mulher, o movimento feminista possibilitou às mulheres estarem à frente das causas femininas e de ocuparem a esfera pública, colocando em pauta suas demandas agora no espaço em que se faz política.. Nesse deslocamento, as mulheres são inseridas em diversos setores da sociedade gerando mudança nos papéis tradicionais de gênero, provocando um impacto no papel de provedor do homem (SCHRAIBER; GOMES; COUTO, 2005).

Em virtude disso, rearranjam-se as relações de gênero e a perspectiva da perda de domínio masculino, ferindo a figura do macho provedor, dado por um determinado modelo hegemônico de masculinidade. Por sua vez, a insegurança em relação à saúde causada pela pandemia contesta o estereótipo da invulnerabilidade masculina. Isso pode ser percebido pela manifestação de práticas tóxicas, como violência doméstica, ou pela baixa adesão ao isolamento social por parte dos homens, atitudes reforçadas por várias questões socioeconômicas e por práticas de algumas masculinidades hegemônicas que alimentam esses comportamentos de risco.

Com estas e tantas outras mudanças sociais sobre papéis de gênero, o poder do homem é questionado (BESKOW, 2020). É importante ressaltar que o conceito de poder em Hannah Arendt, aqui utilizado, é entendido como dominação e o homem, na procura de garantir a sua posição de dominador, de definir sua propriedade e de exteriorizar suas angústias, utiliza a violência como um meio de tentar resolver os conflitos (ALVES et al, 2012). Lafer (2018), ao interpretar Arendt, conclui que a incapacidade de agir em conjunto e a monopolização do poder é um convite à violência, pois aqueles que perdem a capacidade de falar pelo outro, dificilmente abrem mão do poder, que já está enfraquecendo, dando lugar ao domínio pela violência (Figura 2).

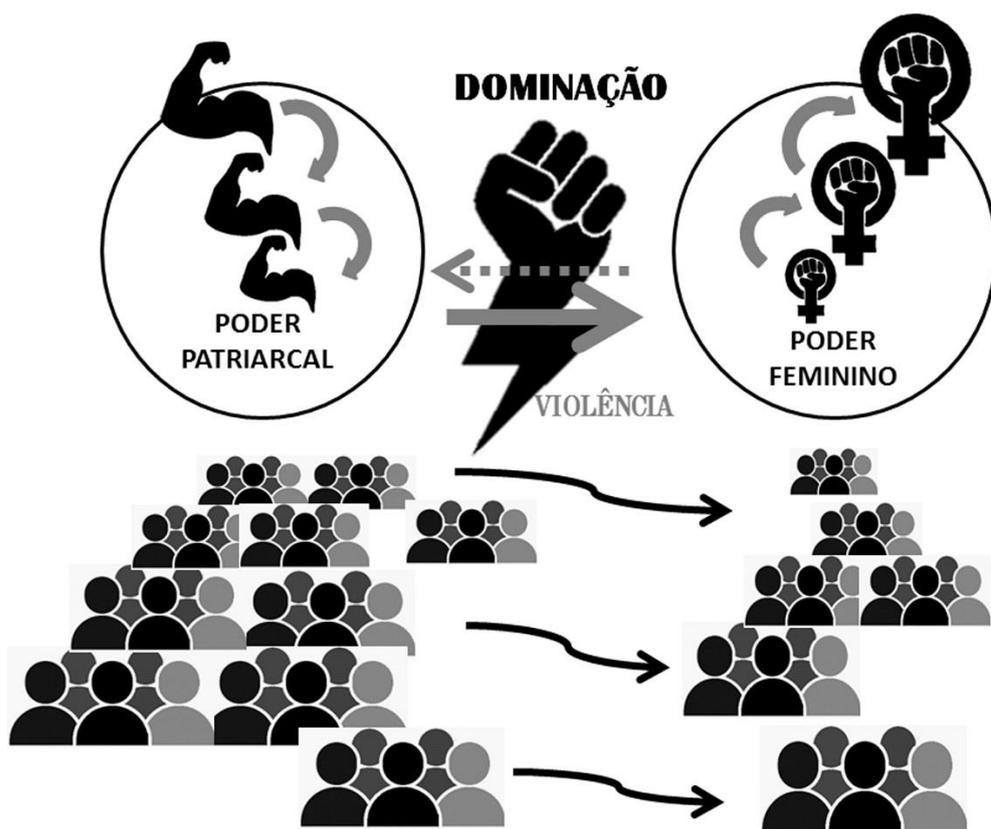


Figura 2. Relação homem x poder x violência - Fonte: autores do texto (2020)

Nesse sentido, podemos destacar, como causas do aumento da violência contra a mulher na pandemia, a perda de contato socioafetivo da mulher, a condição financeira abalada, o uso do isolamento como modo de controle da parceira, o aumento do uso de álcool, a diminuição do acesso das mulheres a fontes de ajuda (MELO *et al.*, 2020).

Dessas prováveis causas, chamamos a atenção para a alteração da condição econômica dos homens no isolamento. Nesse período, muitos ficaram ou ficarão desempregados e podem precisar do auxílio emergencial oferecido pelo Governo Federal, o que leva ao questionamento do homem sobre o seu papel de provedor e líder, já que o Estado brasileiro reconhece a mulher como provedora em lei específica (BRASIL, 2020).

Essa alteração do provimento financeiro associado ao isolamento significa a retirada abrupta do homem da esfera pública, provocando o deslocamento das suas atividades. Conforme Silva (2017), para Arendt, existem três atividades que se fazem presentes na experiência do homem em sua condição social: o trabalho (*labor*), que consiste na manutenção da vida; a obra, ou a atividade de produção ou fabricação; e a atividade de ação, que inclui a atividade política e a vida pública. É nessa esfera que o sujeito

desenvolve a defesa dos interesses que são comuns a todos, e geralmente ocupada pelo homem.

Dessa forma, é nítido que a construção social com base na cultura patriarcal é um incentivo ao controle de gênero pela violência, limitando a liberdade, a sexualidade e as atuações, resultando dessa dominação patriarcal a violência contra a mulher (OLIVEIRA, 2020).

O modelo de masculinidade hegemônica, entendida como normativa, está cotidianamente tornando o homem suscetível a conflitos internos e externos, diante da necessidade de se adaptar à nova realidade, ao mesmo tempo em que luta pela manutenção da hegemonia e da dominação sobre as feminilidades e outras masculinidades marginalizadas, chegando a fazer uso de práticas tóxicas, como a violência em todas as suas manifestações (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013). É importante ressaltar que as masculinidades marginalizadas coexistem com as hegemônicas e que o homem caminha entre essas posições conforme enfrenta diferentes situações sociais.

É significativo ressaltar que esse homem, que é o agente causador da violência, não é um monstro, mas uma pessoa igualmente normal às outras. Para Arendt (2003), um ser humano normal é um sujeito comum que faz o que é esperado em relação às demandas sociais, que são (re)produzidas pelas classes dominantes, na intenção de manter o modelo estabelecido.

É importante reforçar que nem todos os homens lutam pela dominação, ou que são maus, ou que não devemos acreditar em dias melhores. Há fatores que permitem a mudança, como o questionamento da masculinidade hegemônica. Ao questionarmos a masculinidade hegemônica por meio do aumento da expressão de diversas formas de masculinidade possibilitamos uma maneira de constituir o “ser homem” de forma mais humana e menos opressiva. Com isto, a masculinidade vista como hegemônica sofre contestação, seja pela resistência das mulheres e/ou dos próprios homens como portadores de masculinidades alternativas, o que facilita a transformação das relações de gênero e da dominação masculina (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013).

Essas masculinidades alternativas geram nos homens autores de violência de gênero uma crise, vislumbrando a perda do seu lugar em mundo social. É uma crise de certezas, modelos, padrões e estereótipos, que implica na mudança do paradigma de ser homem, sendo considerada uma crise recente que implica transformação, mudanças, abertura, escuta e acolhimento e não apenas julgamento e punição. A COVID-19 pode ser um potencializador para esse colapso, como já mencionado.

Além de ser encarada como algo negativo, vale aqui ressaltar a definição de crise para Arendt como uma situação inquietante que permite uma reflexão e que favorece a oportunidade do pensamento e da análise crítica, assim “uma crise nos obriga a voltar às questões mesmas e exige respostas novas ou velhas, mas, de qualquer modo, julgamentos diretos” (ARENDDT, 2016, p. 223).

Arendt nos direciona a pensar violência e poder além do senso comum, dos conhecimentos mais vigentes e dos preconceitos (juízos pré-formados), já que esses dois conceitos são tratados por estudiosos das mais diversas áreas e em outras correntes filosóficas, geralmente em conjunção. Compreende-se, dessa forma, que alguns homens acabam por utilizar a violência que, segundo Arendt (2009), é uma ação que pode indicar insatisfação, além de ser fruto das relações humanas desiguais, com o objetivo de manter dominação. É importante ressaltar que, quando se faz presente a violência, o poder se desfaz. Diante dessa diminuição do poder da relação entre homem e mulher, e do aumento da violência, os ensinamentos de Arendt podem trazer a seguinte elucidção: a nossa capacidade de natalidade, ou seja, de nos renovarmos enquanto sujeitos e/ou como sociedade, em qualquer momento da existência. Há em nós a capacidade de natalidade que consiste em colocarmos no mundo constantemente novos recém-chegados cujo agir não pode ser previsto por aqueles que já estão no mundo (ARENDDT, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste ensaio, buscamos desconstruir a ideia de que existe um único modelo de masculinidade hegemônica e que propõe uma dominação global dos homens sobre as mulheres, uma vez que mulheres também apresentam aspectos de masculinidade. O conceito de masculinidade hegemônica não é reificador nem essencialista, nem equivale a um modelo de masculinidade única e universal, devendo ser reconhecido como um processo no qual as masculinidades subordinadas influenciam constantemente as formas dominantes, e vice-versa, nos níveis locais, regionais e globais. As masculinidades se diferenciam e se sobrepõem numa ação recíproca entre dinâmicas de gênero societais, dando origem a uma hegemonia baseada no grau de variação de potência. Salienta-se que esse processo também se aplica às feminilidades.

Para melhor compreender esse processo, elaborou-se uma imagem conceitual, na qual se reforçou a ideia de masculinidades múltiplas, hierárquicas (a partir do conceito de hegemonia), dinâmicas, com ênfase nas interseccionalidades, construídas no seio das relações de gênero. A imagem busca destacar que o conceito de masculinidade

hegemônica foi originalmente formulado na relação com o conceito de feminilidade hegemônica, sendo, portanto, uma construção histórico-social, que se transforma continuamente, gerando mudanças nas relações de gênero, suscitando novas estratégias nas relações de poder, e resultando na redefinição das masculinidades socialmente aceitas, bem como das feminilidades. Destaca-se que os padrões de masculinidade são sempre definidos na relação com algum modelo de feminilidade socialmente definido.

É importante ressaltar que o foco deste ensaio deu-se no “entre”, ou seja, numa relação transversal entre as diversas categorias interseccionais, visto que esses processos são responsáveis pelas constantes transformações que ocorrem nas relações de gênero e que se materializam em suas práticas sociais.

Deve-se destacar, ainda, que a hegemonia não se dá pela sua representação estatística e nem sempre se reduz a uma prática tóxica, apesar de, algumas vezes, ser sustentada pela força, significando ascendência alcançada através da cultura, das instituições e da persuasão por meio dos exemplos potentes. Nesse sentido, faz-se necessário ainda salientar que a masculinidade não pode ser entendida como uma entidade fixa encarnada num corpo ou nos traços de personalidade dos indivíduos masculinos. Ela deve ser entendida como prática social, podendo também ser posta em ato por pessoas com corpos femininos. Por fim, faz-se necessário reconhecer, na masculinidade hegemônica, as contradições internas e as possibilidades de movimento em direção à democracia de gênero.

As práticas corporais também estão ligadas aos modelos de masculinidades e feminilidades hegemônicos, que se materializam por meio da representação e uso dos corpos. Nesse aspecto, os corpos participam na ação social ao produzir condutas sociais, entrelaçando-se aos contextos sociais, como, por exemplo, o contexto da pandemia. Essas masculinidades e feminilidades hegemônicas encorporadas são tanto objetos como agentes da prática social, em que as relações de gênero são sempre consideradas arenas de tensão. Falar de uma configuração de prática significa falar daquilo que as pessoas realmente fazem, não naquilo que é esperado ou imaginado, como, por exemplo: a divisão sexual do trabalho no cuidado das crianças, no mercado de trabalho, no provimento financeiro, nas tarefas domésticas, nas relações entre pais e filhos(as), dentre outras. Essas masculinidades e feminilidades, que são vivenciadas pelo corpo, envolvem relações de tensão, uma vez que estão constantemente se definindo numa relação dinâmica em rede. Historicamente, os esforços do movimento de mulheres em direção aos projetos de mudanças vêm causando tensões nas relações de gênero, nos níveis locais, regionais e

globais, questionando continuamente um determinado padrão de masculinidade hegemônica, gerando uma tensão entre a busca pela estabilização e restituição do poder patriarcal e o estabelecimento de novas formas de relações de gênero e redefinição do modelo de masculinidade hegemônica.

A pandemia aumenta a arena de tensão nas relações de gênero, uma vez que as masculinidades encorporadas encontram-se limitadas ao espaço privado, perdendo sua expressão no espaço público, relacionado ao estabelecimento da sua reputação. Assim, diante das reformas históricas de gênero acrescida da instabilidade provocada pela pandemia da COVID-19, observa-se o aumento da violência domiciliar como efeito da diminuição do poder do homem. O poder que consiste em falar por e do agir em comum acordo. Atribuído ainda ao deslocamento desse homem da esfera pública e o questionamento da sua dominação na esfera privada. Buscando fornecer uma solução a essas tensões, as práticas tóxicas e violentas aparecem na tentativa de estabilizar o modelo de masculinidade definido pelo poder patriarcal, ou tenta-se reconstituí-lo em novas configurações.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rejane Aparecida et al. Men, victims and perpetrators of violence: the corrosion of public space and the loss of the human condition. **Interface - Comunic. Saude Educ.** v. 16, n. 43, p. 871-83, out./dez. 2012.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. RAPOSO, Roberto (Trad.) 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: uma reportagem sobre a banalidade do mal. SILVA, Ana Corrêa (Trad.) Coimbra: Tenacitas, [1963] 2003.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. DUARTE, André de Macedo (Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BATISTA, Kevin Samuel Alves; LIMA, Aluísio Ferreira de. Por uma implicação política e conceitual nos estudos sobre homens, masculinidades e violência de gênero. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 38, n. 2, p. 175-188, jul./dez. 2017.

BESKOW, Daniela Alvares. **Caderno de Textos n.7**. O tal do ressentimento ou quem tem medo do feminismo? 1. ed. Campinas: Palavra e Meia, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico 08**. 09/04/2020. Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/images/pdf/2020/Abril/09/be-covid-08-final-2.pdf>>. Acesso em 01/06/2020.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, abr. 2013.

COUTO, M. et al. O homem na atenção primária à saúde: discutindo (in)visibilidade a partir da perspectiva de gênero. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**. Botucatu, v. 4, n.33, p. 255-70, 2010.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Nota técnica: Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19**. Oficina 22. Abril de 2020.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. RAMALHETE, Raquel (Trad.). Petrópolis, Vozes, 1987.

HERB, Karlfriedrich. Além do bem e do mal: o poder em Maquiavel, Hobbes, Arendt e Foucault. **Rev. Bras. Ciên. Polit.**, Brasília, n. 10, p. 267-284, jan-abr. 2013.

HOBBS, Thomas. **Leviatã: ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. MONTEIRO, João Paulo Monteiro; SILVA, Maria Beatriz Nizza (Trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LAFER, Celso. **Hannah Arendt: pensamento, persuasão e poder**. Editora Paz e Terra, 2018.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Clube de Autores, 2010.

MARTINS, A.M.; MALAMUT, B.S. Análise do discurso da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. **Saude Soc.**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 429-440, June 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902013000200014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01/06/2020. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902013000200014>.

MELO, Bernardo Dolabella et al. **Violência doméstica e familiar na COVID-19**. Saúde mental e atenção psicossocial na pandemia COVID-19. Rio de Janeiro: Fiocruz. 2020. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/documento/saude-mental-e-atencao-psicossocial-violencia-domestica-e-familiar-na-pandemia-de-covid-19>> Acesso em: 01/06/2020.

OLIVEIRA, Rebeca Lins Simões. Violência institucional e combate aos direitos reprodutivos femininos. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 19, n. 221, p. 37-49, 2020.

ONU BRASIL. **Violência contra mulheres e meninas é pandemia das sombras**. 2020. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/artigo-violencia-contra-mulheres-e-meninas-e-pandemia-das-sombras/amp/>>. Acesso em: 13/04/2020.

ONU MULHERES. **Acabar com a violência contra as mulheres no contexto do COVID-19**. 2020. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/acabar-com-a-violencia-contra-as-mulheres-no-contexto-do-covid-19/>>. Acesso em: 13/04/2020.

PAHO. Pan American Health Organization. **Masculinities and Health in the Region of the Americas**. Executive Summary. Washington, D.C.: PAHO; 2019.

PRIORE, Mary del. **História dos Homens no Brasil**. AMANTINO, Marcia (Org.). São Paulo, Editora Unesp, 2013.

SCHRAIBER, L. B.; FIGUEIREDO, W. S. Integralidade em saúde e os homens na perspectiva relacional de gênero. In: GOMES, R. (Org.). **Saúde do Homem em debate**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011. p. 19-38.

SCHRAIBER, Lília Blima; GOMES, Romeu; COUTO, Márcia Thereza. Homens e saúde na pauta da Saúde Coletiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 1, p. 7-17, 2005.

SILVA, Emilly de O. et al. O patriarcado como um fator de risco criminal: uma breve análise do comportamento do agressor no feminicídio. **Revista Brasileira de Direito e Gestão Pública**, v. 8, n. 2, p. 193-203, 2020.

SILVA, Marcos Luiz da. A ideia de espaço público em Hannah Arendt. **Cadernos Zygmunt Bauman**, v. 7, n. 13, 2017.

UN WOMEN. **COVID-19 and Ending Violence Against Women and Girls**. Abril, 2020. Disponível em: <<https://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/library/publications/2020/issue-brief-covid-19-and-ending-violence-against-women-and-girls-en.pdf?la=en&vs=5006>>. Acesso em 10/06/2020.

WHO. World Health Organization. Global consultation on violence and health. **Violence: a public health priority**. Geneva: WHO; 1996.

Contribuição dos autores:

DF Santos e MAC Andrade foram responsáveis pela concepção e desenvolvimento do estudo, análise de dados e redação do artigo. MVS Cordeiro e ME Sipioni redação do artigo. JPM Barbosa, SM Demarchi e RCD Lima análise e interpretação dos dados. Todos os autores participaram da revisão crítica do manuscrito e aprovaram a versão final.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores concordam que caso o manuscrito venha a ser aceito e postado no servidor SciELO Preprints, a retirada do mesmo se dará mediante retratação.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.